

Direito à

REG.
16

Informação

JANEIRO 1969

MOÇAMBIQUE

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA E
A ESTRATÉGIA DA ÁFRICA BRANCA (1)

Sobre a metade sul de África sopra o vento da violência. Mas enquanto as minorias brancas se esforçam por consolidar e estender a dominação directa ou indirecta que exercem sobre vastas maiorias de negros, o mundo pouca atenção tem prestado às advertências que manifestam esse fenómeno. Não dispõem os brancos dum poder desmesurado graças às posições que ocupam e ao apoio que recebem de todas as grandes nações do mundo ocidental? E não são os negros, a seu lado, fracos, divididos ou incapazes de dar realmente luta? Os grandes projectos de investimento concebidos pelas potências ocidentais - o vasto plano hidro-industrial de Cabora-Bassa; o "boom" petrolífero em Angola; a organização dum grande mercado unificado para os produtos das indústrias secundárias sul-africanas - não parecem assentar na opinião cuidadosamente defendida de que a estabilidade se manterá sob o controle dos regimes actuais?

Há dois anos, a resistência armada à dominação branca contava com pouco mais que alguns punhados de Africanos disseminados e acoçados de perto. Hoje é certo existem vários milhares de guerrilheiros treinados - em Angola e Moçambique provavelmente pelo menos dez mil. Na Rodésia o número não vai além de algumas centenas, mas parece terem conseguido instalar-se sólidamente em regiões muito avançadas no interior do país. A palavra de ordem política "Primeiro a Rodésia, depois a África do Sul" não é tão absurda como a maioria dos brancos pensava.

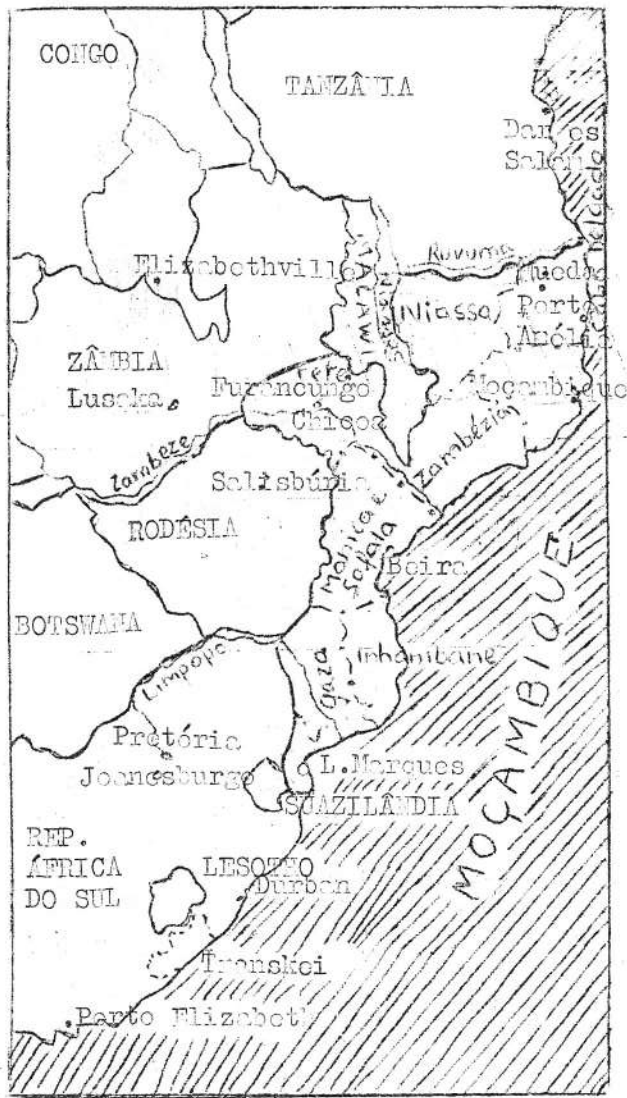
Na política da África Central e do Sul, o governo sul-africano, até há pouco convencido e satisfeito com a sua superioridade inbatível, começou a dedicar atenção mais séria à reacção armada dos negros. A prova está, por exemplo, na pressão continuada que faz sobre Londres em favor duma solução negociada com o rebelde regime rodésiano, que permitiria desarmar o nacionalismo militante dos negros deste país. Ou ainda, noutra plano, a realização de vastas manobras anti-guerrilha em Agosto passado. Torna-se cada vez ^{mais} familiar a perspectiva de ter de combater realmente os negros, de viver uma nova série de "Guerras dos Cafres". Já em Dezembro de 1967, o enviado especial do Sunday Tribune (sul-africano) ao norte de Moçambique, quando aterrava na base portuguesa de Mueda, se encontrou subitamente em face de "três pelotões de soldados que vinham inspeccionar-nos", o que foi preciso fazer "a toda a pressa, porque Mueda é frequentemente atacada e a tropa queria ver-me partir o mais depressa possível... Só quando aqui se chega, só quando vemos com os próprios olhos, podemos imaginar a luta que estes homens têm de travar..."

No outro lado do continente, em Angola, a situação não é mais tranquilizadora para o leitor sul-africano. "Recentemente, segundo um correspondente do News Check, a guerra de Angola tornou-se um dramático problema. Agora é uma grande ferida no flanco da África do Sul, ferida que afecta a segurança de todo o sub-continente" (News Check, 12 de Julho de 1968).

Um outro indício: o esforço de Portugal. Actualmente os exércitos que combatem em Angola, Moçambique e Guiné não são inferiores a 100.000 homens vindos da metrópole, provavelmente ainda mais. Proporcionalmente este número equivaleria a um exército de dois milhões de americanos no Vietnã. Todavia, quem ler regularmente os comunicados militares portugueses, convencer-se-á depressa que estas forças relativamente enormes apenas conseguem manter as posições que ocupam em Angola e Moçambique, e que na Guiné nem isso é conseguido.

A confrontação é portanto muito séria. O ritmo accelera-se. Uma após outra as regiões são contaminadas. Que se passará do lado obscuro da guerrilha, entre os guerrilheiros, quase inacessíveis, escondidos na floresta?

(1) Tradução e adaptação do artigo de BASIL DAVIDSON, in Le Monde Diplomatique, nº176, Novembro de 1968



Em Julho passado, num dia radioso de estação seca, atravessei o Ruvuma que separa a Tanzânia das florestas do norte de Moçambique. Não fui para observar as operações militares, mas para assistir - e era o único europeu presente - ao primeiro congresso plenário da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) realizado no interior do país, em lugar donde haviam sido expulsos os portugueses. Não esperava só encontrar os chefes do Movimento: o Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, presidente, Uria Simango, vice-presidente, dirigente do exército, os quais têm base permanente em Dar-es-Salaam; mas também e sobretudo os chefes de combate e os militantes políticos que funcionam no interior do país.

Tudo isso foi possível. Mais de 150 delegados assistiram a um congresso de 6 dias, incluindo todos os chefes e comissários militares, a maioria dos responsáveis políticos vindos das três províncias onde a guerra se processa: Cabo-Delegado, Niassa e Tete, assim como delegados políticos de todas as outras províncias, mesmo as mais afastadas: Lourenço Marques, Gaza, Inhambane. Alguns dos últimos tiveram que viajar durante longas semanas. Nas suas terras vivem, naturalmente, em severa clon destituição. O "comité" central estava também todo presente. Muitos delegados falavam bom português e alguns, em particular os do sul, mostravam certo domínio do inglês. Durante vários dias, ouvi as suas discussões e tive ocasião de muitas vezes

conversar em particular com eles.

A guarnição portuguesa mais próxima encontrava-se a uma vintena de quilómetros, mas havia a impressão de se estar em completa segurança. "Eles furtam-se às nossas embuscadas e as estradas estão minadas", declarou o comandante local responsável. "Eles não se aproximam. Quanto ao perigo de bombardeamentos, não sabem onde estamos. Por enquanto, pelo menos. Quando o souberem já nós estaremos longe". De facto, o congresso reuniu uma semana mais cedo do que tinha sido anunciado e pôde concluir a sua tarefa com toda a tranquilidade. Presidiu Mondlane. Como seu tacto e convicção característicos, abriu os debates com um longo balanço do que se fizera desde 1962, data do primeiro e único congresso antes realizado.

Este tinha um certo número de problemas a regular, decorrentes da expansão do movimento. Para os compreender não é inútil recuar um pouco e ver como tudo começou.

A CRIAÇÃO DA FRELIMO DÁ NOVO IMPULSO AOS ESBOCOS DE RESISTÊNCIA JÁ ANTIGOS ENTRE O POVO

A FRELIMO é hoje uma força política e militar cuja influência se estende sobre uma região correspondente a duas vezes a superfície do território português. A sua história pouco conhecida; e idêntica à de todos os movimentos de resistência armada que surgiram desde 1960.

Foi uma evolução complexa e contraditória. Homens e mulheres, de origens diversas, mas que se podem classificar no conjunto como pertencendo à pequena burguesia, encontraram muitas razões para se unirem, obedecendo frequentemente a motivos pessoais, ao princípio para arrancar concessões a um poder colonial aparentemente todo-poderoso. Face a uma recusa obstinada, e mesmo cega, ganharam progressivamente consciência política, convertendo-se em nacionalistas capazes duma acção comum e organizando-se em movimentos de resistência armada, e mesmo revolucionária.

Uria Simango, recalcito vice-presidente da FRELIMO no congresso de Julho, ilustra bem este género de homens. De princípio, em 1953, caiu nas mãos das autoridades portuguesas. Prenderam-no quando estudante de teologia em Lourenço Marques. O pai tinha estado implicado numa pequena revolta na província de Niassa e Sofala. Não foi uma revolta nacionalista, diz-me Simango, mas simples tentativa para obter reparação de injustiças locais. Simango foi libertado ao cabo de três dias e teve a oferta de uma bolsa

de estudos em Portugal - traque que os portugueses utilizam frequentemente com os estudantes-dissidentes. "Mas não recitai, diz, porque sabia poder ser mais útil ao meu povo se ficasse entre os nossos como professor." Com 27 anos, em 1959, partiu para a Rodésia como missionário entre os moçabicanos ali estabelecidos. Por um quase lógico encaimento de factos chegou ao nacionalismo. Outros fundadores do FRELIMO tinham vivído de uma experiência semelhante: marcados pelas tradições da resistência passada, estimulados pelo que aprenderam do nacionalismo no resto da África, acabaram por assumir os mesmos objectivos nacionalistas. Pouco a pouco, face à recusa obstinada dos portugueses em fazer qualquer concessão em favor da promoção dos Africanos, e depois de discussões e hesitações sem fim, depois de conflitos de opinião e mesmo de pessoas, começaram a formar pequenos "partidos nacionalistas", minúsculos grupos de exilados que estabeleciam relações frágeis com o interior de Moçambique. Dois destes grupos, o UMANO e o UDEMANO formaram-se em 1960, em Salisbúria; Simango era um dos animadores. Um terceiro grupo, o MANU, surgiu no Tanganica (actual Tanzânia) quase na mesma altura, com o apoio do povo da província de Cabo Delgado.

Desunidos, estes grupos não tinham outro destino senão o de se transformarem em instrumentos de terceiros. Assim, em Maio de 1962, sob pressão dos nacionalistas da África Oriental, personificados na altura pelo chefe keniano Mbiu Koinange e o líder do Tanganica Nyerere, os três grupos aceitaram fundir-se numa frente de acção comum: o FRELIMO. Simango foi presidente do "comité" de fusão - Gwarbo, Chagonga, Mole - retiraram-se da cena política depois disso, enquanto um outro fundador, o corajoso Filipe Magno, era morto em plena acção no interior de Moçambique, em 1966, quando comandava unidades do FRELIMO. Um outro ainda, Paulo Gonano, rompeu as ligações de 1963 e criou um pequeno movimento dissidente, o COREMO, que beneficiou do apoio do governo da Zâmbia e, facto surpreendente, da simpatia do Pequim. Os que ficaram no FRELIMO formam hoje uma equipa sólida e unida, em que não se existe nenhum desacordo fundamental, que se saiba.

Desde o começo tiveram no plano político dois elementos favoráveis. O trabalho já realizado durante os 20 ou 25 anos precedentes pelos grupos proto-nacionalistas tinha favorecido a eclosão nas cidades da colónia e, em certa medida, nas regiões rurais, dum certa consciência do nacionalismo africano.

Outra vantagem política foi o trabalho realizado pelo MANU entre os Makondes de Cabo-Delgado. Aí existia já em 1962 uma rede, pouco ampla mas eficaz, de contactos clandestinos nacionalistas nas aldeias e pequenas cidades como Porto Amélia, Mueda, etc. Estes Makondes tinham estabelecido contactos com compatriotas ao norte da fronteira do Tanganica; depressa foi possível abrir corrimãos mais ou menos seguros, permitindo trânsito aos militantes políticos entre uma e outra margem do Ruvuma. Bem entendido que é uma história muito confusa, em que são obscuros muitos pormenores. Pouco a pouco o FRELIMO foi estabelecendo ligações com simpatizantes até Lourenço Marques. Muitos elementos do longínquo sul, com quem tive ocasião de falar no congresso de Julho, declararam-me que que estavam lançados na acção política "depois de terem tido conhecimento da constituição do FRELIMO".

Consolidada por esta preparação política, o FRELIMO achou-se em condições de passar à acção militar nos últimos meses de 1964. As operações começaram em cinco províncias: Cabo-Delgado, Niassa, Tete, Zâmbeze e Moçambique; falharam nas três últimas mas resultaram bastante bem nas duas outras. Convém citar aqui o testemunho de Alberto Joaquim Chipande, um Makonde que foi dos primeiros chefes de guerrilha e que me relatou a sua história em Dar-es-Salaam no verão passado.

Do protesto à revolta

Alberto Joaquim é um verdadeiro Makonde de Cabo Delgado. Constitui exemplo típico destes jovens, homens e mulheres, que se encontram à cabeça das unidades combatentes do FRELIMO, trabalhando em tarefas políticas e convivendo com os seus homens: Raimundo, comandante do Cabo-Delgado; Mbotto, comandante do Niassa; ou Manganja que dirige as operações reconhecidas na província de Tete. A maior parte tem entre 25 e 30 anos, e possui uma naturalidade de espírito conquistada em três anos de acção na guerrilha em condições ferozes. Como eles, Alberto Joaquim, pela sua história e pelo comportamento, é a prova viva de que os portugueses se enganam redondamente ao pensarem (se é que o pensam verdadeiramente) que esta revolta é dirigida pelo estrangeiro e de inspiração estrangeira. Alberto Joaquim, como outros com quem falei, conhecia já o nacionalismo ou pelo menos as ideias que o continham em germe, no seio da sua própria família, muito antes de ele próprio se lançar por esse caminho.

"Eu pai era capitão-mor (chefe de aldeia). As vezes os portugueses recorriam a ele para transmitir as suas ordens, muito embora não fosse um régulo. (Entre os Makondes, os régulos são autoridades impostas pelos portugueses que tentam assim estabelecer uma forma primitiva de "dominação indirecta"). Por duas vezes, em 1940 (1) e 1946, meu pai foi levado a Lisboa e pode mesmo dizer-se que, de certa maneira, fazia parte da administração portuguesa. Secretamente em-lhe hostil e em 1962 tornou-se membro clandestino do FRELIMO.

"Eu próprio decidi entregar-me à luta porque penso que tudo o que se deve ser livre e que, se não o é, deve combater por essa liberdade. Desde muito novo vi o que significava a dominação portuguesa: nos doze anos, quando frequentava a escola primária, força-

(1) Recordamo-nos de ter visto na Exposição do Mundo Português um sector onde se expunham cubatas e... negros.

ran-me a trabalhar em Mueda, na limpeza da cidade. Depois, quando era mais velho, ce-
negaram e perseguir a minha família. Dois dos meus irmãos, apunhados para serem manda-
dos para o trabalho forçado, escaparam-se e fugiram para a Tanzânia. Teriam ido traba-
lhar durante seis meses para um proprietário chamado João Vieira Baptista, que possuía
plantações de algodão. Isto foi em 1947 quando eu tinha nove anos. Em 1954 foi a vez
de minha irmã e o marido fugirem do trabalho forçado. Compreendi então muita coisa.
Mas fiquei na escola, passei os meus exames e cheguei a professor".

"EM NENHUM CASO ESTIVÉMOS DEBANTE MOVIMENTOS ESPONTÂNEOS DAS POPULAÇÕES
NATIVAS" (Marcelo Caetano, Discurso de 27/XI/1968)

A guerra...

Tiradas as conclusões deste acontecimento, e de muitos outros, Alberto Joaquim alistou-se como voluntário na acção armada contra os Portugueses em 1963. "Doixámos Lindi (Tanzânia) a 3 de Março. Éramos 23, professores e estudantes, quando chegámos a Dar-es-Salaam. Os chefes do FRELIMO perguntaram-nos o que queríamos fazer. Comba-
ter - respondermos. Quiseram saber se não preferíamos bolsos de estudo. Respondermos que não. Em Junho, partimos para Argélia onde recebemos preparação até à primavera de 1964".

No mês de Junho, o FRELIMO decidiu-se pela guerra. Entre os primeiros grupos de combate que atravessaram o Ruwala estava Alberto Joaquim.

A FRELIMO SUPERA UMA CRISE DE CRESCIMENTO

Após uma armadela modesta, o FRELIMO transformou-se, em princípios de 1963, num movimento político instalado no interior, operando em cada uma das nove províncias, e dotado de um poderoso instrumento de combate que justamente se pode gabar de per-
manente em cheque os portugueses nas regiões rurais de Cabo Delgado e do Niassa, como eu próprio em parte pude verificar. Em Abril último, foi retomada a actividade militar na província de Tete. Com toda a evidência tinha chegado a hora de reorgani-
zar a sua estrutura. Criado em 1962 por chefes no exílio, o "comité" central era cons-
tituído, no início, por vinte membros. Impunha-se uma renovação, para fazer entrar no
ves elementos que se tinham notabilizado como chefes no interior do país e para prepara-
r um instrumento mais eficaz de coordenação.

Tendo assistido aos debates, verifiquei que o congresso se ocupou de alguns pro-
blemas de crescimento, tais como uma crise de tipo "tribal" que se esboçara em Cabo-
Delgado. A equipa dirigente foi reeleita, o que representou um triunfo para Mondlane
e uma homenagem à sua crescente popularidade. A composição do comité central foi
aumentada para 40 membros, e sanada a ameaça de conflito em Cabo Delgado. A FRELIMO
saiu mais fortalecida deste congresso.

A NOVA ESTRATÉGIA DE PRETORIA:
PENETRAR MAIS AO NORTE ATÉ AO CATANGA

Que se passa no campo oposto? Existe uma aliança informal mas eficaz entre a
África do Sul, Portugal e o regime rodesiano, que goza do apoio de poderosas correntes
de opinião nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. O "campo oposto" é essencialmen-
te a África do Sul, gigante económico em confronto com o resto do continente, governa-
do por homens que julgam os dados da situação com espírito perspicaz e calculador.

Deu-se pouca atenção, no decurso dos seis últimos anos, às alterações subtis mas
importantes da política sul-africana. Até essa altura, os homens da Pretória contenta-
vam-se com "defender a fortaleza branca", enquanto iam utilizando o dinheiro no estabe-
lecimento de relações accitáveis com o resto do mundo.

Durante muito tempo, esta atitude proveu garantir à África do Sul perspectivas
quase ilimitadas de desenvolvimento interno à base da mais drástica discriminação ra-
cial. As coisas não se passam agora da mesma maneira. Os dirigentes sul-africanos p-
passaram da defensiva a uma nova política ofensiva em todo o sul do continente. Três
factores estão na origem dessa modificação fundamental.

Em primeiro lugar, a convicção crescente de que o poderio económico da África do
Sul seria melhor explorado se abarcasse um território mais vasto - compreendendo fontes
de matérias primas como o petróleo de Angola - no seio dum mercado comum do mundo por
Pretória e Joanesburgo. Esta evolução dos espíritos foi ainda ajudada pelos sucessos
do nacionalismo na África central e, mais recentemente, pelo desenvolvimento da resis-
tência armada dos africanos em Angola, Moçambique e Rodésia. Há duas espécies de na-

cionalismo: o que se pode comprar, e o outro, inteiramente diferente, o daqueles que se batem. Foi finalmente a rebelião dos colonos rodésianos e a urgência de transformar a Rodésia em satélite político e económico.

O conluio dos brancos

A nova política ofensiva reveste duas formas essenciais. Em primeiro lugar, a de colaboração militar regular com Portugal e a Rodésia. Tudo parece ter começado com uma reunião em Salisbury, em Fevereiro de 1962, dos membros do estado maior da 2ª região aérea portuguesa com os homólogos das forças aéreas rodésianas. A partir dessa altura parece ter havido encontros similares frequentes com militares sul-africanos, mesmo ao nível dos estados maiores inter-armas. Há também um entendimento político não formal, de forma que as partes tenham sempre o direito de negar a existência duma aliança. Um jornal sul-africano assinalava recentemente a presença dum batalhão de "polícia" sul-africana no local da grande barragem que se projecta construir em Cabora-Bassa, na província de Tete. É também quase certo que a aviação sul-africana patrulha a fronteira nordeste de Angola, a partir da base avançada de Mpacha.

"É CORRENTE NA ASSEMBLEIA GERAL DA O.N.U. FAZAR-SE EM ALIANÇA SECRETA DE PORTUGAL COM A RODÉSIA: ESCUSO DE DIZER QUE NTO EXISTE, A LIGAR OS TRÊS PAÍSES, QUALQUER ALIANÇA, SECRETA OU OSTEMSIVA" (Marcelo Caetano, Discurso de 27/XI/1968)

Esta estratégia reflecte a teoria política que visa a estabelecer a "unidade do sub-continente". Ideias como esta conformam-se bem com uma hábil política de extensão do "desenvolvimento separado" a vastas populações negras a que não é necessário negar o "nacionalismo". No interior do seu próprio território, Pretória está já a criar vários "Bantoustans" pseudo-independentes, nomeadamente o Transkei. O Lesoto, o Botswana e a Suazilândia, formalmente independentes, são considerados como três outros candidatos a este estatuto de clientes. A mesma política de partilha podia ser seguida na Rodésia, conservando os brancos o controle de todas as cidades e de todo o poderio industrial, e eventualmente em Angola e Moçambique.

Pretória dispõe de triunfos numerosos: o seu esmagador poder económico na região, a superioridade tecnológica, e a certeza de ter o apoio dos meios de negócio do mundo ocidental. Mas também tem um calcanhar de Aquiles: a ameaçadora luta nacionalista e a insuficiência de homens válidos de lealdade assegurada.

Esta insuficiência está atenuada, para já, com os esforços de 10 milhões de portugueses na Europa... O que se passa em Portugal é portanto decisivo para o futuro das ambições de Pretória.

PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS PORTUGUESAS OU SATELITES DE PRETÓRIA?

"Não trairemos, não cedemos, não abdicaremos, não abandonaremos uma só parcela da nossa soberania..." É muito possível que a existência dum império português em plena década de 60 tenha qualquer coisa de perfeitamente absurdo; todavia Salazar cumpriu a sua palavra e são muito poucos os portugueses que não tenham pago a sua parte. Desde há vários anos que o orçamento nacional consagra 40% das receitas e despesas militares, provavelmente a mais elevada percentagem de todos os países ocidentais, com excepção dos Estados Unidos.

É escusado dizer que tudo o resto foi posto de lado: a educação, os serviços sociais, o alojamento. O estado geral da economia é o de "sub-emprego", crónico nas regiões rurais e o de severo desemprego nas cidades. Quase não há estatísticas sobre este ponto. Sabe-se no entanto que o número de emigrantes portugueses é proporcionalmente quase tão elevado como o de africanos que fugiram de Angola e Moçambique. Na verdade, pode afirmar-se que as duas populações sofrem da mesma maneira.

Porém nada disto permite dizer que os portugueses estejam a "dar as últimas" em África. Ditadura forte, o regime sempre contou com a decilidade ou a ignorância das massas rurais, enquanto a polícia se vai ocupando de todos os que poderiam levantar objeções. O novo primeiro ministro, Caetano, prometeu que continuaria a mesma política e é isso, com toda a evidência que os generais Deslandes, Sá Viana Rebelo e Schultz os têm decididos a garantir. Mas pode isto durar indefinidamente, ou mesmo por muito tempo? As guerras coloniais estão longe de estar ganhas quando tudo indica que o máximo das possibilidades já foi aplicado.



CD25A

ESTUDANTES
LISBOA
68

7

O primeiro período do actual ano lectivo foi marcado, na Universidade de Lisboa, por uma série de acontecimentos graves e que estão longe de estar encerrados. Culminou com o encerramento, no dia 8 de Dezembro, do Instituto Superior Técnico (IST). Na madrugada desse dia, a Associação de Estudantes deste Instituto foi ocupada pela PSP e pela PIDE que identificou os estudantes que nela se encontravam e transportou em camião notas e bens da Associação.

Também no mesmo dia 8 de Dezembro, era publicada uma nota oficiosa do Ministério da Educação Nacional (MEN), omisso e errónea segundo a opinião das Associações de Estudantes. Estas responderam-lhe num longo comunicado intitulado Polícia na Universidade - a verdade sobre os acontecimentos na associação de estudantes do IST, que se destinava à imprensa, mas cuja publicação não foi permitida. Foi-lhe no entanto dada uma larga difusão, mesmo nos meios não universitários em Lisboa e em outras regiões do país, aproveitando para isso a partida para férias do Natal de muitos estudantes. Na impossibilidade de resumir ou transcrever este documento, contentamo-nos em assinalá-lo aos nossos leitores, na esperança de que o tenham obtido ou possam vir a obtê-lo através das pessoas do meio universitário.

No entanto, já antes do encerramento do IST, que veio provocar um movimento geral de protesto a que adiante se referirá, uma série de factos vinha a demonstrar que a Universidade em geral, e especificamente em algumas Faculdades, os estudantes não estavam dispostos a continuar a suportar arbitrariedades injustas e estruturas pedagógicas deploráveis.

Salientamos, entre estes factos, a contra-abertura do ano lectivo e o processo de superlotação da Faculdade de Letras:

20 de Novembro: sessão solene de abertura do ano lectivo da Universidade Clássica. Tendo sido recusado o pedido feito pelos estudantes no sentido de um seu representante tomar a palavra na referida sessão solene, foi projectada e realizada uma Contra-abertura, na Cantina da Cidade Universitária, com a participação de milhares de estudantes e alguns professores. No final, dirigiram-se para a porta da Reitoria, onde as autoridades que saíam da sessão solene passaram por entre uma enorme multidão completamente silenciosa, que assim marcava o seu protesto.

A partir de meados de Novembro: processo de boicotagem das aulas na Faculdade de Letras, devido à superlotação das salas e ao número excedente de alunos, relativamente ao previsto pela lei, nas aulas práticas. Propaganda tendenciosa - da qual o Reitor se fez eco numa nota publicada na imprensa -, que procurava fazer crer que não eram alunos das respectivas disciplinas que enchiam as salas, mas até de outras Faculdades, não logrou desmobilizar um movimento perfeitamente generalizado, durante vários dias, em que os alunos se recusavam a ter aula e saíam em massa sempre que não se verificavam as condições necessárias de lugares e de número. Pela sua firmeza, este movimento conseguiu que a Direcção da Escola procurasse tomar imediatamente providências no sentido de resolver os principais problemas. Em comunicado distribuído após a publicação da nota do Reitor, "Os alunos da Faculdade de Letras de Lisboa" afirmavam entre outras coisas: "Repudiamos veementemente a declaração de que os objectivos das justas reivindicações dos alunos sejam o da criação de um clima de agitação entre a população escolar. E afirmamos nos perplexos: de onde provém esse clima de agitação - dos que denunciam uma situação reconhecida unânimemente como insustentável, ou de quem, por inércia ou falta de sentido das realidades, deu origem a uma situação que a ninguém apetece?"

Muitos outros problemas locais, mesmo sem tomarem as proporções dos da Faculdade de Letras, precederam o encerramento do IST, como, por exemplo, a não abertura das aulas em Económicas (ISCEE) até fins de Novembro por não ter sido possível elaborar horários convenientes; as reivindicações dos estudantes de Medicina no sentido da abolição do estágio; os acontecimentos no próprio IST que não relatamos por serem largamente descritos no comunicado Polícia na Universidade já citado.

Após o encerramento do IST e da sua Associação, realizaram-se três reuniões Plenárias dos Estudantes de Lisboa, na Cidade Universitária, nos dias 9, 11 e 13 de Dezembro:

- 9 de Dez. - Relatados os factos sobre o IST e as conversas com as autoridades académicas;
 - Nomeada uma Comissão com representantes do IST e de cada uma das outras Faculdades, encarregada das conversações com as autoridades académicas e ministeriais;
 - Decretado o luto académico em toda a Universidade por dois dias.

(- Enquanto decorria o Plenário em frente da reitoria, encerramento da Cantina pela polícia durante cerca de uma hora).

- 11 de Dez. - Resultados principais das conversações: Impossibilidade de acesso à imprensa (MEM: fora da sua competência; Ministro do Interior: não recebeu os estudantes; Pres. do Conselho: não os recebeu por ser competência do MEM); recusa da reabertura imediata da Associação; não suspensão do inquérito à Associação do IST (considerado ilegal pelos estudantes por não ter havido assinatura do auto de busca por pelo menos um membro da direcção); afirmação, por parte do Ministro da Educação Nacional, da sua ignorância quanto ao facto da polícia ter ocupado a Associação; não promessa de que não serão instaurados processos disciplinares aos dirigentes.

(Foi explicado pelo Ministro que mandara fechar a Cantina pela polícia, no dia 9, por ter acreditado num telefonema anónimo em que lhe fôra dito que os estudantes pensavam ocupar indefinidamente aquele local.)

- Decretado luto por mais dois dias.
- 13 de Dez. - Situação semelhante relativamente às conversações;
- Decretado luto até às férias do Natal;
- Decidida a difusão de informação relativa aos acontecimentos universitários, por todos os meios possíveis, aproveitando para esse fim o período de férias. Foi dada a maior importância a esta decisão que foi posta em prática, das mais variadas formas, nas diferentes Faculdades.

Nos três Plenários foram apresentadas noções de que os estudantes organizaram manifestações de rua como forma de protesto. No entanto, a maioria votou sempre contra esta iniciativa.

Percentagens de abstenção às aulas divulgadas pelas Associações de Estudantes no dia 11 de Dezembro:

ECONÓMICAS	-	100%
MEDICINA	-	95%
AGRONOMIA	-	98%
I. INDUSTRIAL	-	100%
BELAS ARTES	-	100%
LETRAS	-	98%
ISCPU	-	92%
VEPERINÁRIA	-	100%
DIREITO	-	50%

Entretanto, nas várias Escolas e a par da abstenção às aulas, realizaram-se numerosas reuniões de alunos, geralmente com a participação de professores, em que foram debatidos tanto problemas de carácter imediato como de fundo dizendo respeito ao futuro da Universidade e da sociedade. De salientar, nesta linha, o caso de Económicas, onde durante vários dias, muitos grupos em que participaram 400 alunos e 20 professores debateram as seguintes propostas numa noção anteriormente aprovada:

- 1 - Sindicalismo estudantil (Sentido e Perspectivas, Aneligiiosidade, Apoliticidade, Democratização, Representatividade e Legislação)
- 2 - Autonomia da Universidade
- 3 - Democratização do ensino
- 4 - Fins da Universidade".

Tudo isto é sinal de vitalidade e de lucidez e dá-nos razão para esperar que muita coisa se vá ainda passar nos próximos tempos.

FAÇA COM QUE ESTE EXEMPLAR DE D.I. SEJA LIDO POR 5 PESSOAS.

ISSO É UM PROBLEMA CICLÓPICO?

RESOLVA-O!

